MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Despacho Normativo n.º 5/99

Considerando a estratégia de desenvolvimento e melhoria da competitividade das empresas industriais preconizada pelo Programa Operacional RETEX, em particular pela medida A2, designada «Acesso aos Financiamentos», regulamentada pelo Despacho Normativo n.º 265/93, de 11 de Setembro;

Considerando as limitações orçamentais existentes no âmbito do Regime de Apoio à Realização de Estratégias Empresariais Integradas do SINDEPEDIP, regulamentado pelo Despacho Normativo n.º 548/94, de 29 de Julho, que presidiram à suspensão da admissão de candidaturas àquele regime de apoio pelo despacho n.º 148/96, do Ministro da Economia, de 20 de Dezembro;

Considerando ainda, neste contexto, as candidaturas aprovadas na vertente de inovação e internacionalização das estratégias empresariais a que se refere a alínea *a*) do artigo 2.º do Despacho Normativo n.º 548/94, de 29 de Julho, não abrangidas pelo mecanismo de apoio estabelecido pelo Despacho Normativo n.º 44/97, de 8 de Agosto, cujo incentivo atribuído se encontra condicionado à existência de disponibilidades orçamentais e que não tenham recebido adiantamentos no âmbito do PEDIP II na parte do incentivo que não se encontra condicionada:

São criadas com o presente diploma as condições que permitam aos promotores das candidaturas referidas o financiamento da realização dos respectivos investimentos através das verbas disponibilizadas pelo Programa Operacional RETEX, excluindo os que se referem à formação profissional co-financiada pelo Fundo Social Europeu.

Assim, determina-se o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito e objecto

1 — O presente diploma regulamenta o apoio a projectos integrados a que se refere a alínea *a*) do artigo 1.º do Despacho Normativo n.º 265/93, de 11 de Setembro.

2 — São susceptíveis de apoio os projectos aprovados no âmbito do Regime de Apoio à Realização de Estratégias Empresariais Integradas do SINDEPEDIP, no âmbito da alínea *a*) do artigo 2.º do Despacho Normativo n.º 548/94, de 27 de Julho, que não optaram pelo mecanismo previsto pelo Despacho Normativo n.º 44/97, de 8 de Agosto, cujo incentivo atribuído se encontra condicionado à existência de disponibilidades orçamentais e não receberam adiantamentos na parte do incentivo que não se encontra condicionada.

Artigo 2.º

Condições de acesso dos projectos

1 — Os projectos a financiar através do presente diploma devem localizar-se numa das regiões NUTE III incluídas no anexo ao Regulamento de Aplicação da Medida A2 do Programa Operacional RETEX, regulamentado pelo Despacho Normativo n.º 265/93, de 11 de Setembro.

2 — Tendo em conta a dotação orçamental prevista, os projectos em condições de serem apoiados no âmbito do presente diploma serão seleccionados em função da data de candidatura mais antiga, ao abrigo do Despacho Normativo n.º 548/94, de 29 de Julho.

3 — No que se refere à condição de acesso prevista na alínea *h*) do n.º 2 do artigo 2.º do Despacho Normativo n.º 265/93, de 11 de Setembro, considerar-se-á a data da candidatura a que se refere o número anterior.

Artigo 3.º

Natureza e limites do apoio

1 — O apoio a conceder assumirá a forma de subsídio a fundo perdido e de um subsídio reembolsável à taxa de juro nula, calculado nos termos do Despacho Normativo n.º 548/94, de 29 de Julho, exceptuando o disposto no número seguinte.

2 — O incentivo a que se refere o número anterior, a considerar no âmbito do presente diploma, será recalculado pelo IAPMEI, tendo em conta o seguinte:

- a*) Não é incluída a majoração de carácter regional a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do n.º 2.º do anexo B ao Despacho Normativo n.º 548/94, de 29 de Julho;
- b*) Os apoios no âmbito da formação profissional continuam a ser financiados pelo Fundo Social Europeu, no âmbito do PEDIP.

Artigo 4.º

Apresentação de candidaturas

1 — As empresas nas condições referidas no n.º 2 do artigo 1.º do presente diploma interessadas em transferir as suas candidaturas aprovadas ao abrigo do Regime de Apoio à Realização de Estratégias Empresariais Integradas para o Programa Operacional RETEX deverão formalizar a sua intenção ao IAPMEI.

2 — Os projectos que, por razões orçamentais, não puderem ser transferidos para o RETEX constituirão uma lista de espera de acesso ao RETEX.

Artigo 5.º

Competências

1 — Compete ao IAPMEI apreciar o enquadramento dos projectos a apoiar no âmbito da medida A2 do RETEX, emitindo parecer fundamentado.

2 — A Comissão do RETEX criada pelo despacho conjunto dos ministros competentes, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 213, de 10 de Setembro de 1993, apreciará a proposta de enquadramento ao RETEX e submeterá as suas propostas à homologação dos Ministros do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e da Economia.

Artigo 6.º

Acompanhamento dos projectos

O IAPMEI procederá ao acompanhamento e à fiscalização da realização dos projectos e acções apoiados, no âmbito das suas atribuições.

Artigo 7.º**Regime subsidiário**

Em tudo o que não se encontrar especificamente regulado no presente diploma serão aplicáveis as disposições legais previstas no Regime de Apoio à Realização de Estratégias Empresariais Integradas no SINDEPEDIP, regulamentado pelo Despacho Normativo n.º 548/94, de 29 de Julho, e na medida A2 do Programa Operacional RETEX, regulamentada pelo Despacho Normativo n.º 265/93, de 11 de Setembro.

Artigo 8.º**Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Ministérios do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e da Economia, 26 de Janeiro de 1999. — Pelo Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, *Maria José Marrafinha Pardana Constâncio*, Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional. — O Ministro da Economia, *Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA**Decreto Regulamentar n.º 2/99****de 17 de Fevereiro**

Considerando que os projectos turísticos dentro das áreas protegidas (AP) devem ser concebidos na óptica do desenvolvimento sustentável, de forma a garantir que a utilização dos recursos não comprometa o seu usufruto pelas gerações futuras;

Considerando que as actividades turísticas, em cada área protegida, devem respeitar os valores ambientais intrínsecos e reconhecer que algumas zonas, pela sua sensibilidade ecológica, são condicionadas;

Considerando que a localização das actividades e instalações turísticas deve obedecer a critérios de ordenamento que evitem a pressão em áreas sensíveis, respeitando a capacidade de carga do meio natural e social;

Considerando que a tipologia de empreendimentos e de actividades turísticas, para cada área protegida, deve ser previamente definida, tendo em conta a capacidade de carga dos diferentes ecossistemas, garantindo o seu equilíbrio e perenidade;

Considerando que os projectos turísticos devem ser ambientalmente responsáveis, designadamente através da adopção de tecnologias não poluentes, poupança de energias e de recursos essenciais como a água, reciclagem e reutilização de matérias-primas ou transformadas e formas de transporte alternativo e ou colectivo visando uma maior eficácia energética;

Considerando que a educação ambiental, associada à conservação dos recursos naturais e à preservação e recuperação do património histórico e cultural e edificado, deve constituir-se como factor determinante do desenvolvimento do turismo de natureza;

Considerando ainda o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de Agosto:

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, e nos termos da alínea c) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I**Requisitos das instalações e do funcionamento das casas de natureza****SECÇÃO I****Disposições comuns****SUBSECÇÃO I****Requisitos das instalações****Artigo 1.º****Requisitos mínimos**

1 — As casas de natureza devem preencher os requisitos mínimos das instalações, do equipamento e do serviço fixados no Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, nos edifícios contíguos ou próximos das casas de natureza não são permitidas quaisquer actividades que perturbem a tranquilidade dos hóspedes, nomeadamente quaisquer outras formas de alojamento turístico e de estabelecimentos de restauração e de bebidas, para além das previstas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro

Artigo 2.º**Condição geral de instalação**

A instalação das infra-estruturas e máquinas e, de um modo geral, de todo o equipamento necessário para as casas poderem ser autorizadas como casas de natureza deve efectuar-se de modo que não se produzam ruídos, vibrações, fumos ou cheiros susceptíveis de perturbar ou de qualquer modo afectar o ambiente da casa e a comodidade dos hóspedes.

Artigo 3.º**Infra-estruturas**

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, todas as casas de natureza devem dispor de saneamento básico e água potável corrente.

2 — Se não existir rede pública de água, as casas de natureza devem dispor de reservatórios de água potável, com capacidade suficiente para satisfazer as necessidades correntes dos serviços nelas prestados.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, a captação de água deve possuir as adequadas condições de protecção sanitária e o sistema ser dotado dos processos de tratamento requeridos para potabilização da água ou para a manutenção dessa potabilização, de acordo com as normas de qualidade da água em vigor, devendo para o efeito ser efectuadas análises físico-químicas e ou microbiológicas.

Artigo 7.º**Regime subsidiário**

Em tudo o que não se encontrar especificamente regulado no presente diploma serão aplicáveis as disposições legais previstas no Regime de Apoio à Realização de Estratégias Empresariais Integradas no SINDEPEDIP, regulamentado pelo Despacho Normativo n.º 548/94, de 29 de Julho, e na medida A2 do Programa Operacional RETEX, regulamentada pelo Despacho Normativo n.º 265/93, de 11 de Setembro.

Artigo 8.º**Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Ministérios do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e da Economia, 26 de Janeiro de 1999. — Pelo Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, *Maria José Marrafinha Pardana Constâncio*, Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional. — O Ministro da Economia, *Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA**Decreto Regulamentar n.º 2/99****de 17 de Fevereiro**

Considerando que os projectos turísticos dentro das áreas protegidas (AP) devem ser concebidos na óptica do desenvolvimento sustentável, de forma a garantir que a utilização dos recursos não comprometa o seu usufruto pelas gerações futuras;

Considerando que as actividades turísticas, em cada área protegida, devem respeitar os valores ambientais intrínsecos e reconhecer que algumas zonas, pela sua sensibilidade ecológica, são condicionadas;

Considerando que a localização das actividades e instalações turísticas deve obedecer a critérios de ordenamento que evitem a pressão em áreas sensíveis, respeitando a capacidade de carga do meio natural e social;

Considerando que a tipologia de empreendimentos e de actividades turísticas, para cada área protegida, deve ser previamente definida, tendo em conta a capacidade de carga dos diferentes ecossistemas, garantindo o seu equilíbrio e perenidade;

Considerando que os projectos turísticos devem ser ambientalmente responsáveis, designadamente através da adopção de tecnologias não poluentes, poupança de energias e de recursos essenciais como a água, reciclagem e reutilização de matérias-primas ou transformadas e formas de transporte alternativo e ou colectivo visando uma maior eficácia energética;

Considerando que a educação ambiental, associada à conservação dos recursos naturais e à preservação e recuperação do património histórico e cultural e edificado, deve constituir-se como factor determinante do desenvolvimento do turismo de natureza;

Considerando ainda o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de Agosto:

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, e nos termos da alínea c) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I**Requisitos das instalações e do funcionamento das casas de natureza****SECÇÃO I****Disposições comuns****SUBSECÇÃO I****Requisitos das instalações****Artigo 1.º****Requisitos mínimos**

1 — As casas de natureza devem preencher os requisitos mínimos das instalações, do equipamento e do serviço fixados no Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, nos edifícios contíguos ou próximos das casas de natureza não são permitidas quaisquer actividades que perturbem a tranquilidade dos hóspedes, nomeadamente quaisquer outras formas de alojamento turístico e de estabelecimentos de restauração e de bebidas, para além das previstas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro

Artigo 2.º**Condição geral de instalação**

A instalação das infra-estruturas e máquinas e, de um modo geral, de todo o equipamento necessário para as casas poderem ser autorizadas como casas de natureza deve efectuar-se de modo que não se produzam ruídos, vibrações, fumos ou cheiros susceptíveis de perturbar ou de qualquer modo afectar o ambiente da casa e a comodidade dos hóspedes.

Artigo 3.º**Infra-estruturas**

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, todas as casas de natureza devem dispor de saneamento básico e água potável corrente.

2 — Se não existir rede pública de água, as casas de natureza devem dispor de reservatórios de água potável, com capacidade suficiente para satisfazer as necessidades correntes dos serviços nelas prestados.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, a captação de água deve possuir as adequadas condições de protecção sanitária e o sistema ser dotado dos processos de tratamento requeridos para potabilização da água ou para a manutenção dessa potabilização, de acordo com as normas de qualidade da água em vigor, devendo para o efeito ser efectuadas análises físico-químicas e ou microbiológicas.